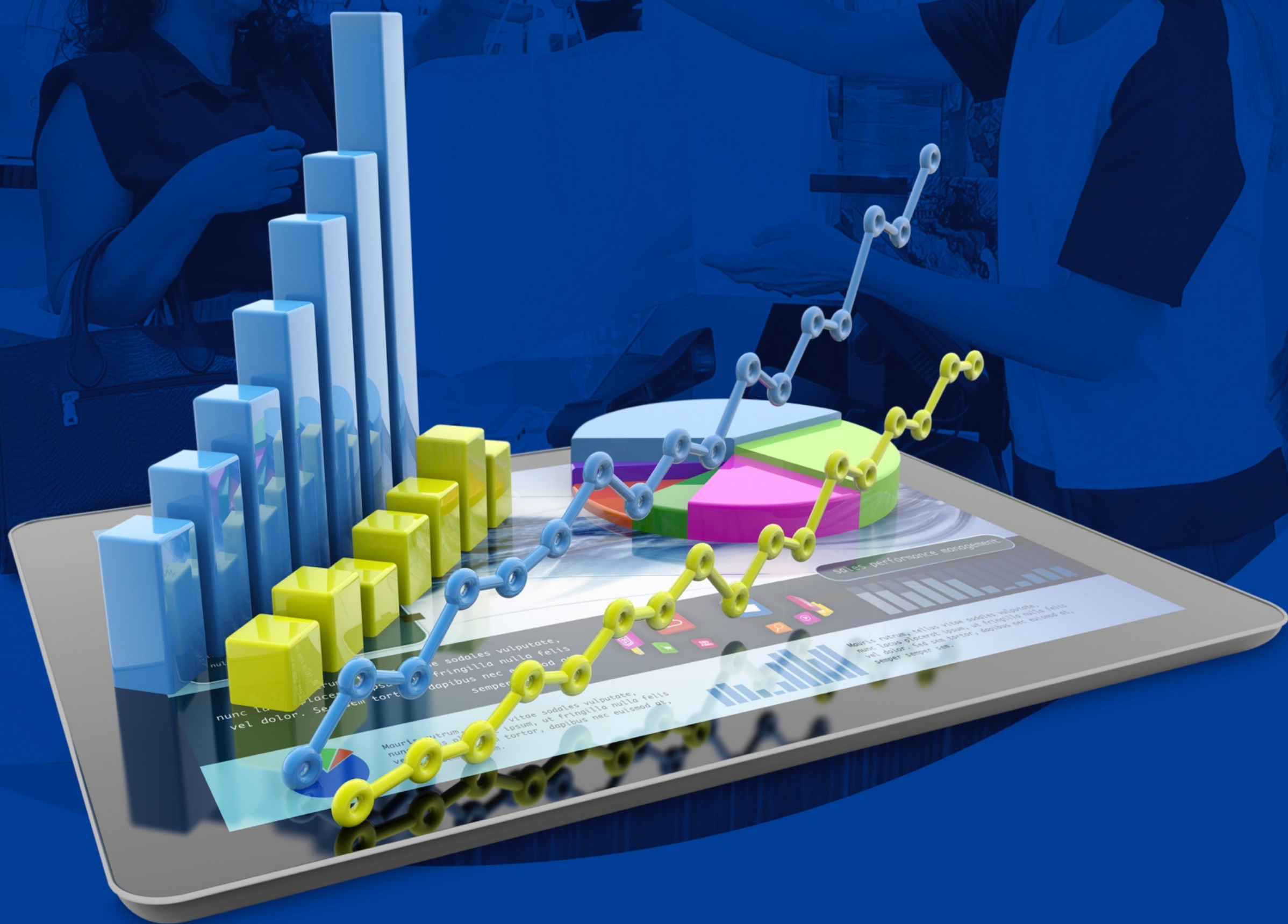




PANORAMA DO COMÉRCIO

JULHO/2021



RESUMO

VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO CRESCER 1,4% EM MAIO E SETOR CRIA MAIS DE 60 MIL POSTOS DE TRABALHO

Depois do recuo observado em março de 2021, o volume de vendas do comércio acumula duas altas seguidas. De acordo com o IBGE, em maio de 2021, o avanço foi 1,4%, na comparação com o mês imediatamente anterior. Já o comércio varejista ampliado, que inclui as vendas de automóveis, motos e materiais para construção, cresceu 3,8%, na mesma base de comparação.

Com esses resultados, o setor já registra um volume de vendas maior do que o observado antes da pandemia. Ressalva-se, porém, que a recuperação não é homogênea. Alguns segmentos do comércio ainda registram um volume de vendas abaixo da média de antes da crise. É o caso do segmento de livros, revistas e papelaria; vestuário; equipamentos de escritório; e combustíveis.

Os dados de vendas referentes a junho ainda serão apurados, mas o Indicador de Confiança do Comércio, medido pela Fundação Getúlio Vargas, mostrou que, no último mês, houve um avanço na avaliação da situação atual por parte dos comerciantes. Esse indicador pode ser visto como um antecedente do desempenho do setor.

Panorama do Comércio



1,4%

Crescimento das vendas do varejo



95,9 pontos

Índice de Confiança do Comércio



60,5 mil

Vagas criadas pelo setor

Panorama Macro



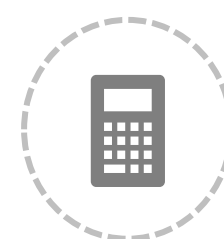
14,7%

Taxa de desemprego



8,35%

Inflação acumulada em 12 meses



4,25%

Meta para a taxa SELIC

Por sua vez, os dados de emprego mostram que, em maio de 2021, o setor de comércio criou 60,5 mil novos postos de trabalho. Esse número representa 22% do total de vagas criadas na economia.

No cenário macroeconômico, merece destaque o persistente avanço da inflação, que acumula alta de 8,35% nos últimos 12 meses. Isso fez o Banco Central elevar a taxa SELIC pela terceira vez consecutiva.

Dados sobre a saúde financeira do consumidor mostram, por fim, níveis recordes de endividamento. O Indicador de Endividamento das Famílias, apurado pela CNC, mostrou que o percentual de famílias que possuem dívidas, não necessariamente atrasadas, cresceu ao longo da pandemia. Já o Banco Central constatou um avanço do percentual da renda comprometida com dívidas junto ao Sistema Financeiro Nacional.

Em síntese, as atividades comerciais seguem se recuperando, ao mesmo tempo que se observa uma diminuição dos casos de contaminação por Covid-19 e se avança com a vacinação. Essa combinação melhora as perspectivas para o segundo semestre. Todavia, ainda restam como pontos de atenção o avanço do endividamento das famílias, com seu impacto potencial sobre a evolução da inadimplência, e o número ainda elevado de desempregados.

Termômetro do consumidor



69,7%

Percentual de famílias endividadas



64,3 pontos

Perspectiva de consumo



58,0%

Comprometimento da renda

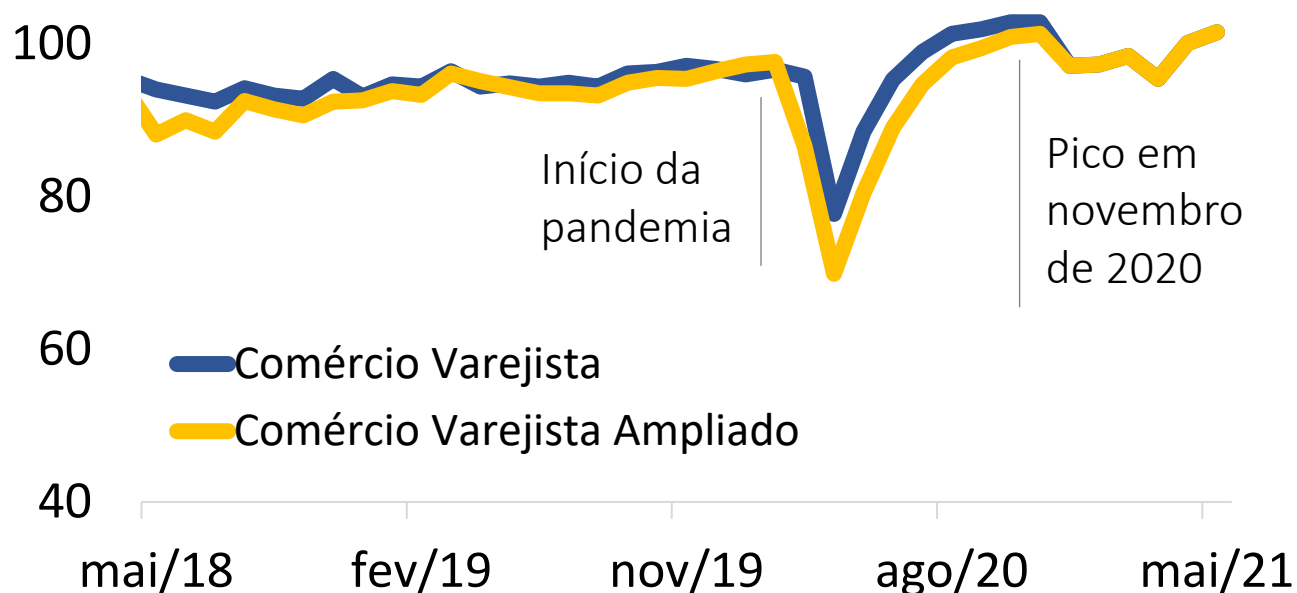
VOLUME DE VENDAS

VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA CRESCEM EM MAIO PELA SEGUNDA VEZ SEGUIDA, APONTA IBGE; AVANÇO FOI DE 1,4%

O volume de vendas do comércio varejista registrou crescimento de 1,4% em maio de 2021, na comparação com o mês imediatamente anterior, segundo dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Já o comércio varejista ampliado, que inclui a venda de automóveis, motocicletas e materiais para construção, registrou um crescimento de 3,8%, na mesma base de comparação.

Volume de vendas do varejo

Número índice (vendas de 2014 = 100)



Os resultados de maio de 2021 também ficaram acima dos observados no mesmo mês do ano anterior, tanto para o varejo quanto para o varejo ampliado. Os dados mostram ainda que o volume de vendas já supera os patamares de antes da pandemia e aproxima-se dos níveis observados em novembro de 2020, quando alcançou um pico.

Volume de vendas do comércio varejista

Maio de 2021

	O que compara	Comércio Varejista	Varejo Ampliado
Variação mensal	Compara o resultado de um mês com o mês imediatamente anterior	1,4%	3,8%
Variação anual	Compara o resultado de um mês com o mesmo mês do ano anterior	16,0%	26,2%
Variação acumulada em 12 meses	Compara os 12 meses encerrados no mês de referência com os 12 meses imediatamente anteriores	5,4%	6,8%

VOLUME DE VENDAS

SEGMENTOS DO COMÉRCIO MOSTRAM DIFERENTES RITMOS DE RECUPERAÇÃO; ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO LIDERAM CRESCIMENTO

A análise dos dados do comércio varejista por segmento mostra que, das oito atividades analisadas, quatro apresentaram, em maio de 2021, um volume de vendas acima da média dos 12 meses anteriores à pandemia. É o caso do segmento **outros artigos pessoais e domésticos**, que inclui lojas de variedades, óticas, joalherias etc. Além desses, os segmentos de **farmácia**, **móveis e eletrodomésticos**, e **supermercados** também mostraram recuperação. Já entre os segmentos que ainda não recuperaram o volume de vendas, o maior destaque foi o de **livros, jornais e revistas**, seguido de **equipamentos de escritório, vestuário e combustíveis**. Apesar de não ter voltado aos patamares de antes da crise, o segmento de vestuário cresceu 16,9% na comparação mensal. Foi o maior avanço entre os segmentos do comércio para maio de 2021.



Maiores altas na comparação mensal*

16,8%

Tecidos e vestuários

6,9%

Combustíveis

6,7%

Outros artigos

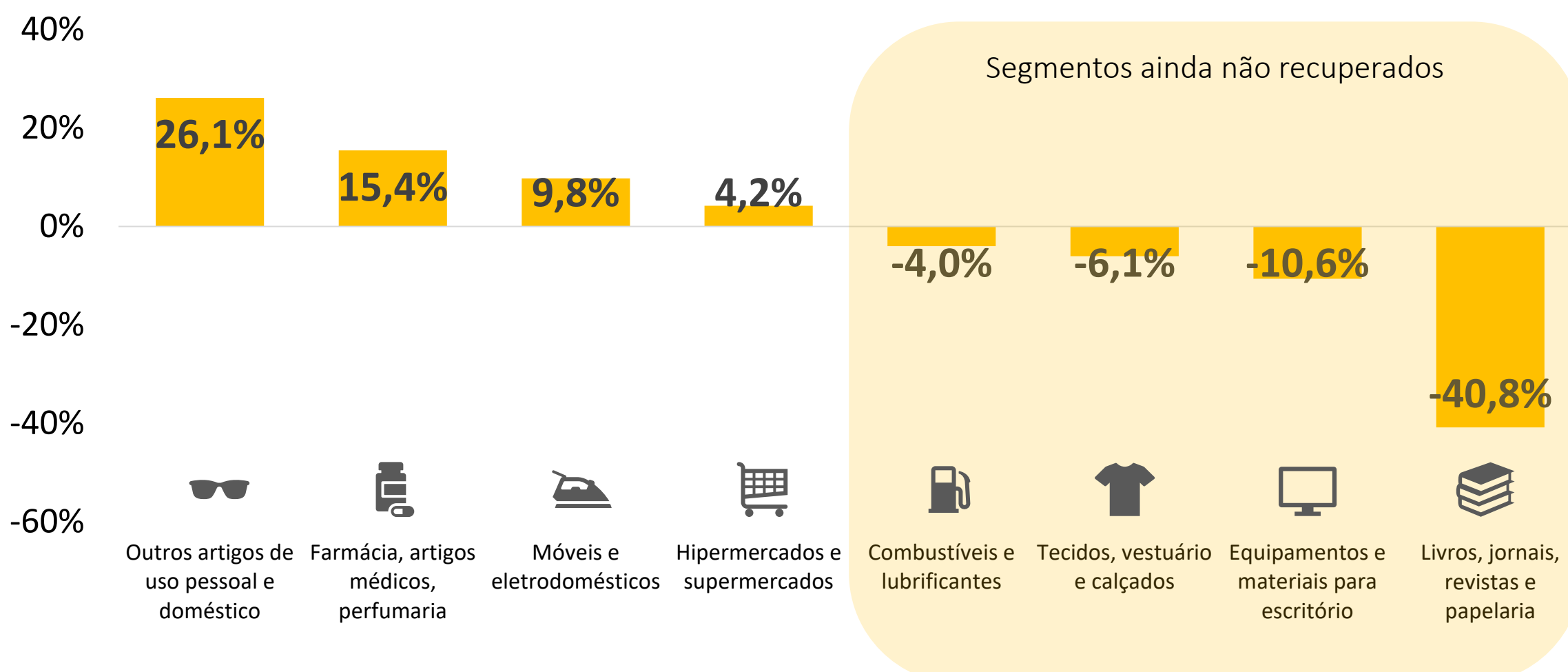
1%

Hipermercados e Supermercados

*Maio ante abril de 2021

Vendas no comércio por setor

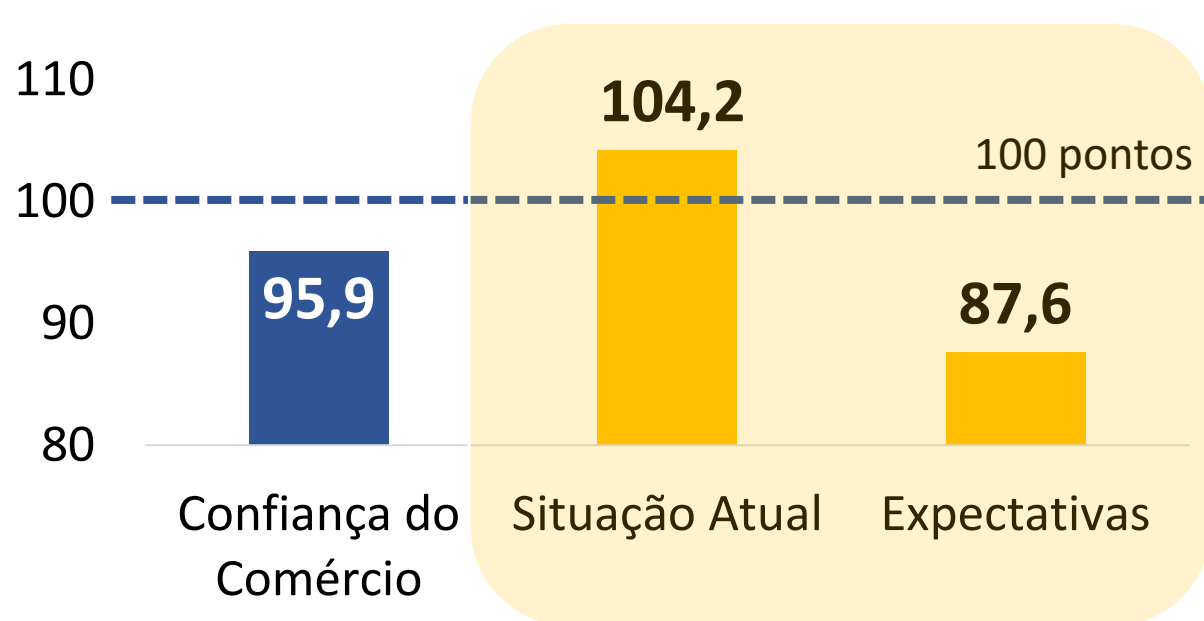
Comparação entre o volume médio de vendas anterior à pandemia e maio de 2021



CONFIANÇA DO COMÉRCIO E FLUXO DE VISITAS

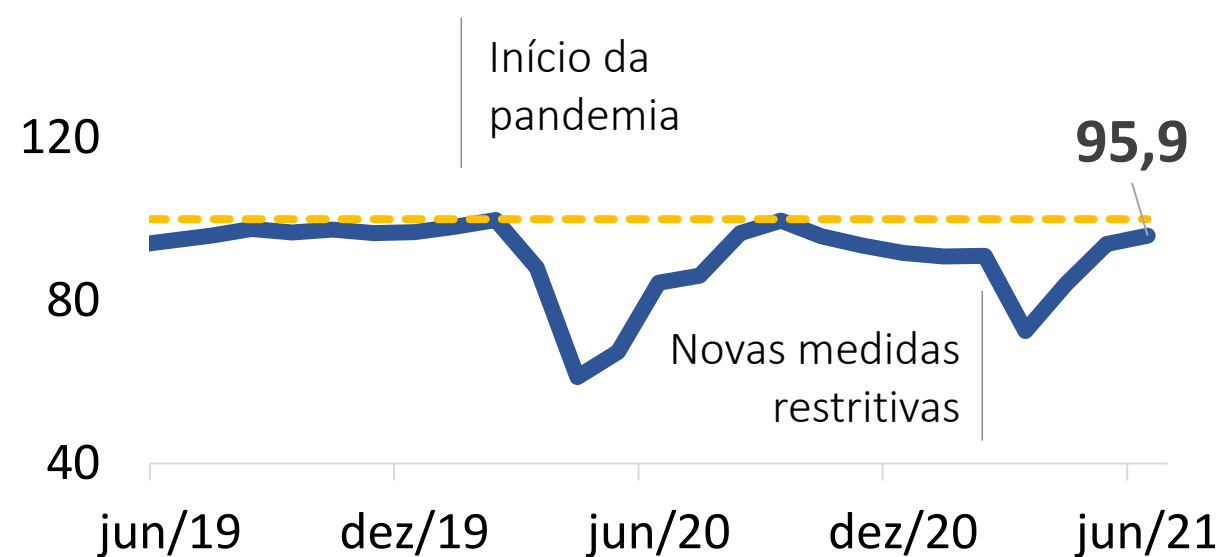
Indicador de Confiança do Comércio

Junho de 2021



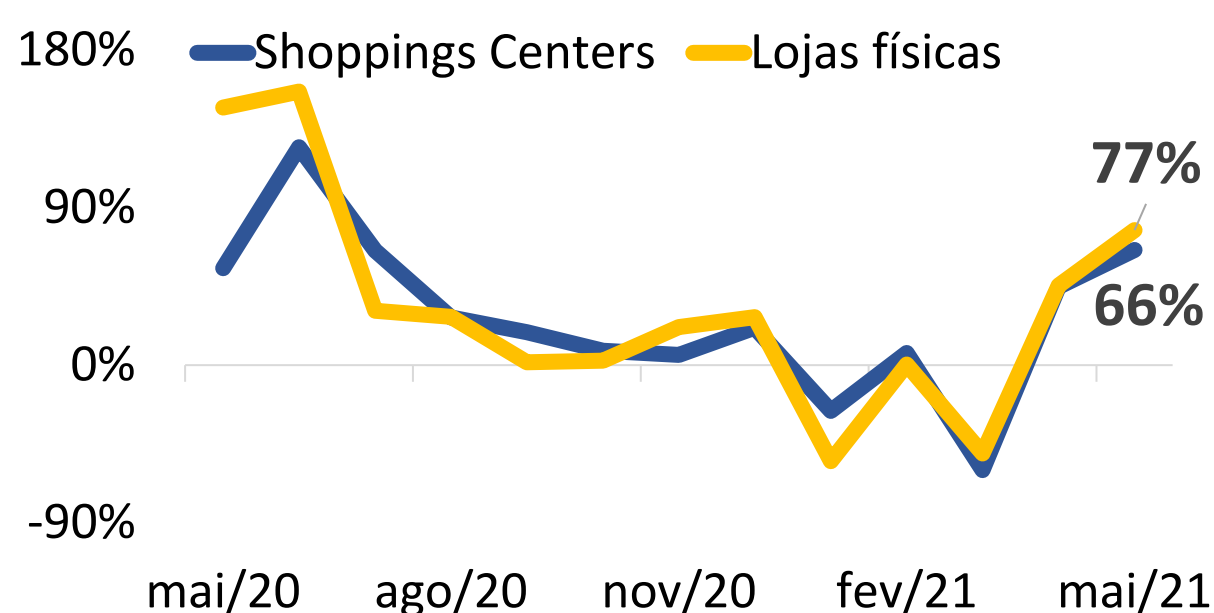
Série histórica da Confiança do Comércio

Com ajuste sazonal



Fluxo de visitas no comércio

Variação mensal



INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO CRESCE PELA TERCEIRA VEZ CONSECUTIVA, MOSTRA FGV; AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL SUPERA OS 100 PONTOS

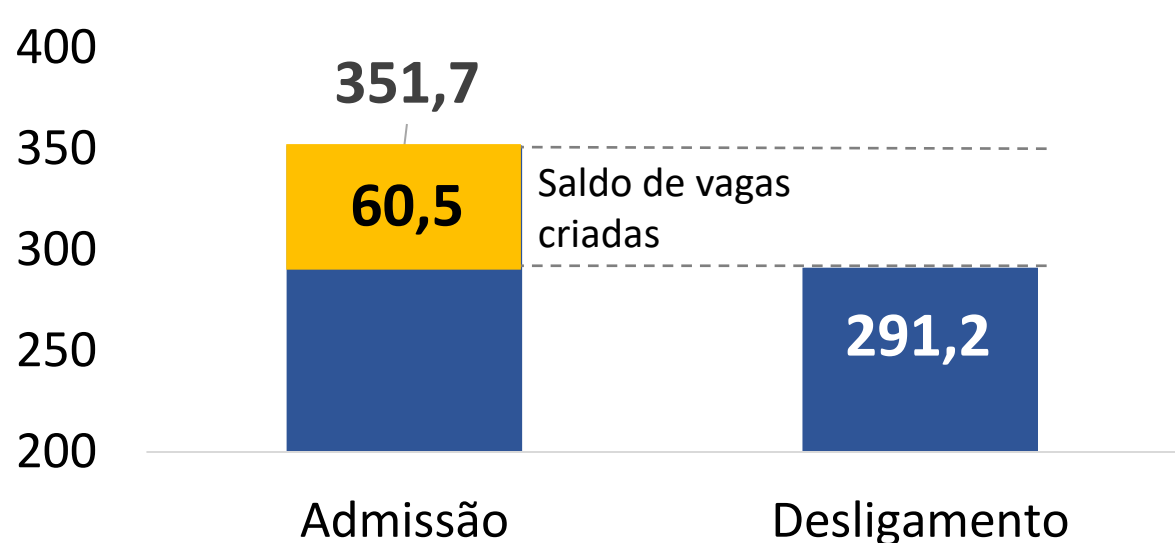
O Indicador de Confiança do Comércio atingiu 95,9 pontos em junho de 2021, de acordo com a **Fundação Getulio Vargas (FGV)**. Foi a terceira vez seguida que o indicador subiu, depois da forte queda registrada em março de 2021, em razão do aumento das restrições às atividades econômicas. O Indicador de Confiança é apurado com base em dois componentes: um mede a avaliação da situação atual e o outro mede as expectativas. Em junho, o componente da situação atual marcou 104,2 pontos, enquanto o componente das expectativas marcou 87,6.

Dados divulgados pela **Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC)** mostram ainda que, após um primeiro trimestre com queda no fluxo de visitas aos shoppings e lojas físicas, a movimentação voltou a crescer a partir de abril de 2021.

DADOS DE EMPREGO

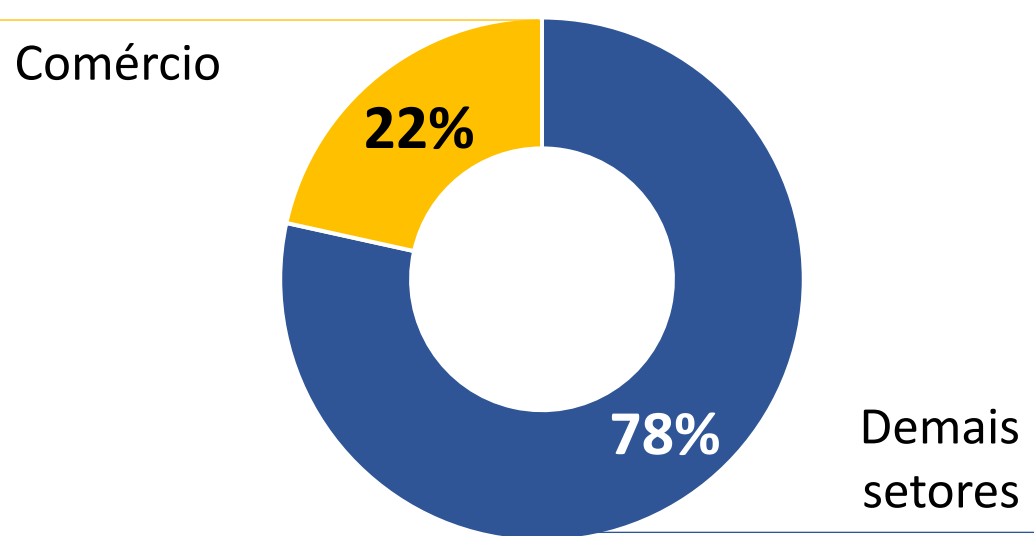
Criação de vagas pelo Comércio

Maio de 2021 | Em milhares



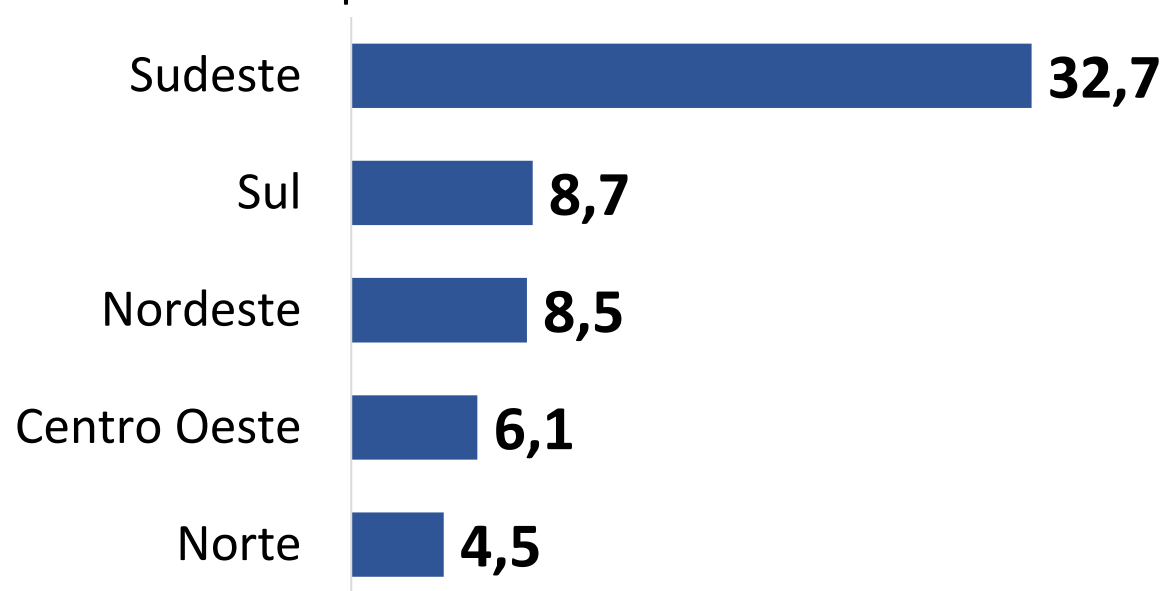
Participação do Comércio

Maio de 2021 | % do total de vagas criadas



Criação de vagas no Comércio por região

Maio de 2021 | Em milhares



COMÉRCIO CRIA 60,5 MIL VAGAS EM MAIO, MOSTRA CAGED; NÚMERO REPRESENTA 22% DO TOTAL DE VAGAS CRIADAS NO MÊS

Segundo o **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**, o setor de Comércio criou 60,5 mil vagas em maio de 2021. Ao longo do mês, 351,7 mil trabalhadores foram admitidos no setor, enquanto 291,2 mil foram demitidos. O total de vagas criadas pelo Comércio em maio representa 22% das vagas criadas na economia como um todo.

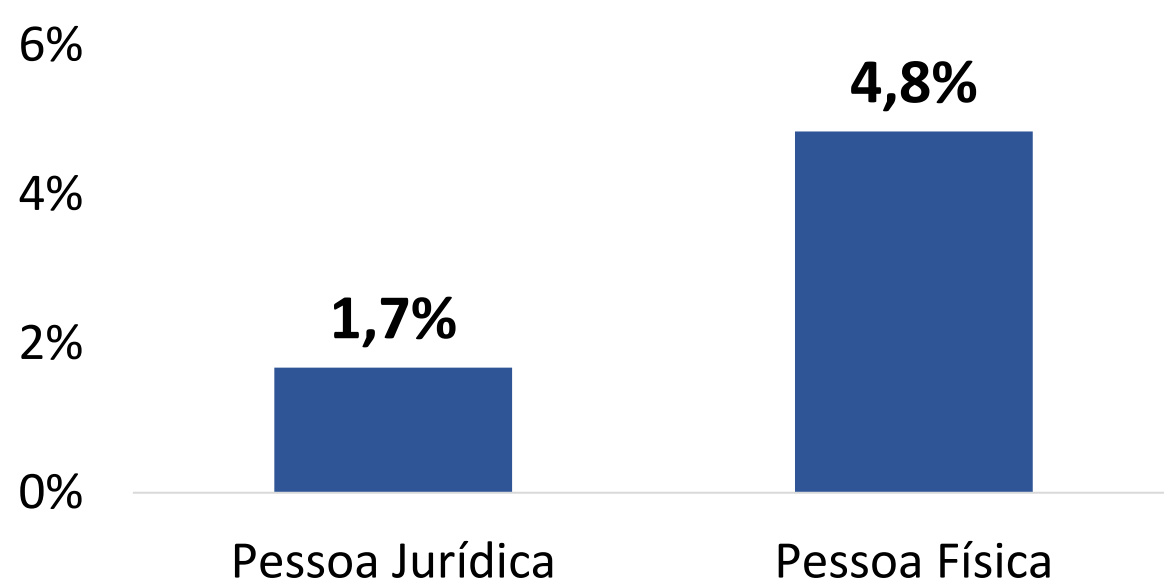
Os dados de maio de 2021 mostram um avanço na comparação com o mês anterior. Em abril, o saldo de criação de vagas pelo setor de comércio foi de 10,1 mil. A abertura dos dados por região mostra que a região Sudeste criou 32,7 mil vagas formais no Comércio, seguida pela região Sul (8,7 mil).

Apesar do saldo positivo de vagas criadas, a taxa de desemprego segue elevada no país (14,7% no trimestre encerrado em abril de 2021).

MERCADO DE CRÉDITO

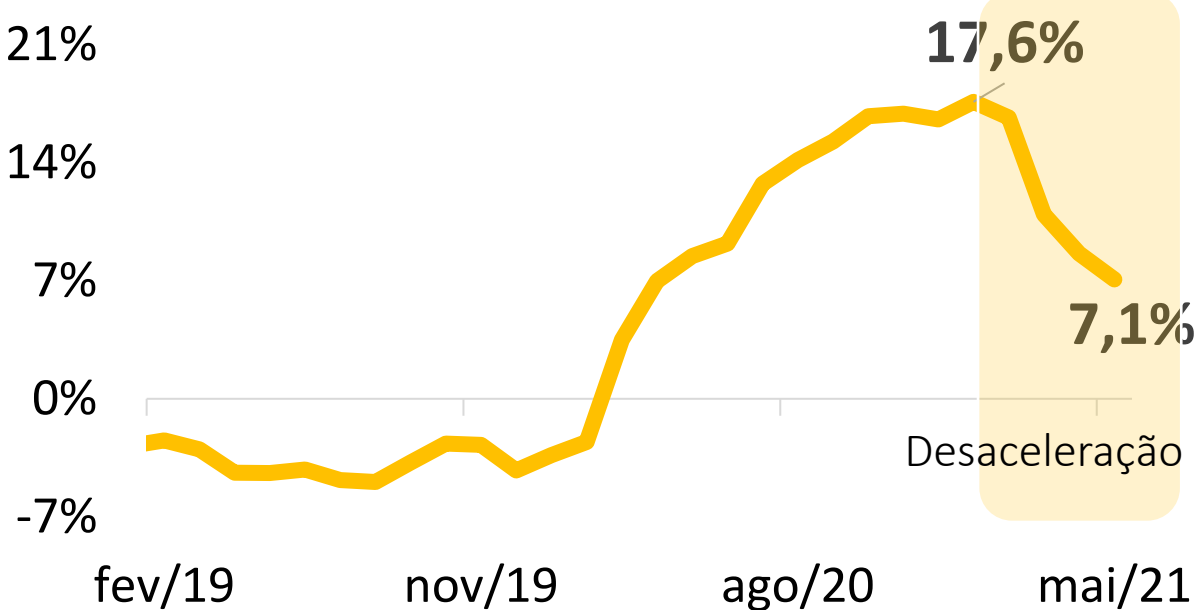
Concessões de crédito

Maio de 2021 | Variação mensal



Saldo de crédito para empresas

Variação anual | Dados deflacionados



Saldo de crédito para o varejo

Maio de 2021 | Em R\$ trilhões



CONCESSÕES DE CRÉDITO PARA CONSUMIDORES E EMPRESAS AVANÇAM EM MAIO, MOSTRA BANCO CENTRAL

Segundo dados do **Banco Central do Brasil (BCB)**, o volume de empréstimos e financiamentos concedidos a pessoas físicas cresceu 4,8% em maio, na comparação com o mês imediatamente anterior. As concessões a pessoas jurídicas também cresceram, mas a uma taxa menor, de 1,7%.

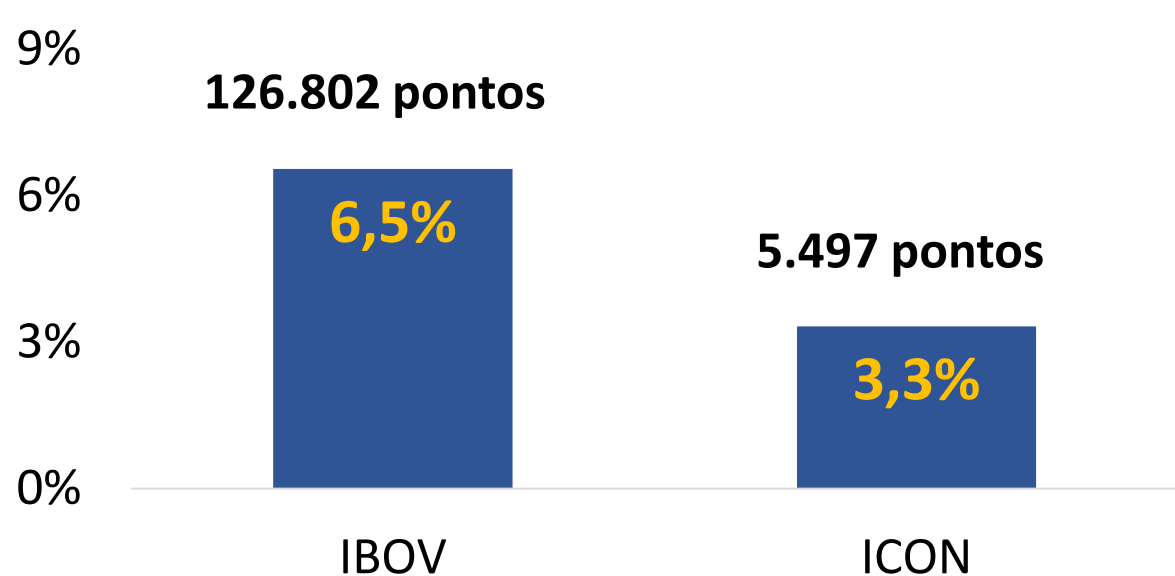
Considerando o saldo de crédito, isto é, a soma do saldo de todas as operações em aberto, observa-se uma desaceleração do crescimento do crédito a empresas ao longo de 2021. O avanço passou de 17,6%, no mês de janeiro, para 7,1% em maio. A aceleração observada anteriormente reflete as medidas de estímulo ao crédito adotadas pelo Banco Central e pelo Ministério da Economia.

O saldo total de crédito a pessoas jurídicas soma R\$ 1,8 trilhão, sendo que R\$ 160 bilhões foram concedidos a empresas varejistas.

O VAREJO NA B3

Ibovespa e Índice de Consumo

Variação entre janeiro e junho de 2021



ÍNDICE ICON (Índice de Consumo): Indicador do desempenho médio das ações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade dos setores de consumo cíclico, não-cíclico e saúde.

Cotação IBOVESPA e grandes varejistas

Variação mensal e variação de janeiro a junho de 2021

	jun/21	Desde jan/21
CRFB3	-6,2%	8,3%
LAME3	15,2%	5,5%
LREN3	-5,5%	1,6%
RADL3	-12,3%	-1,3%
VVAR	21,6%	-2,3%
BTOW3	10,9%	-12,4%
MGLU3	4,9%	-15,2%

CRFB Atacadão – LAME3 Lojas Americanas -- LREN3 Lojas Renner – RADL3 Droga Raia – VVAR Via Varejo -- BTOW3 B2W Digital – MGLU3 Magazine Luiza

ÍNDICE IBOVESPA AVANÇA EM 6,5% NA PRIMEIRA METADE DO ANO; DAS SETE MAIORES VAREJISTAS LISTADAS, QUATRO TIVERAM DESEMPENHO POSITIVO NO ÚLTIMO MÊS

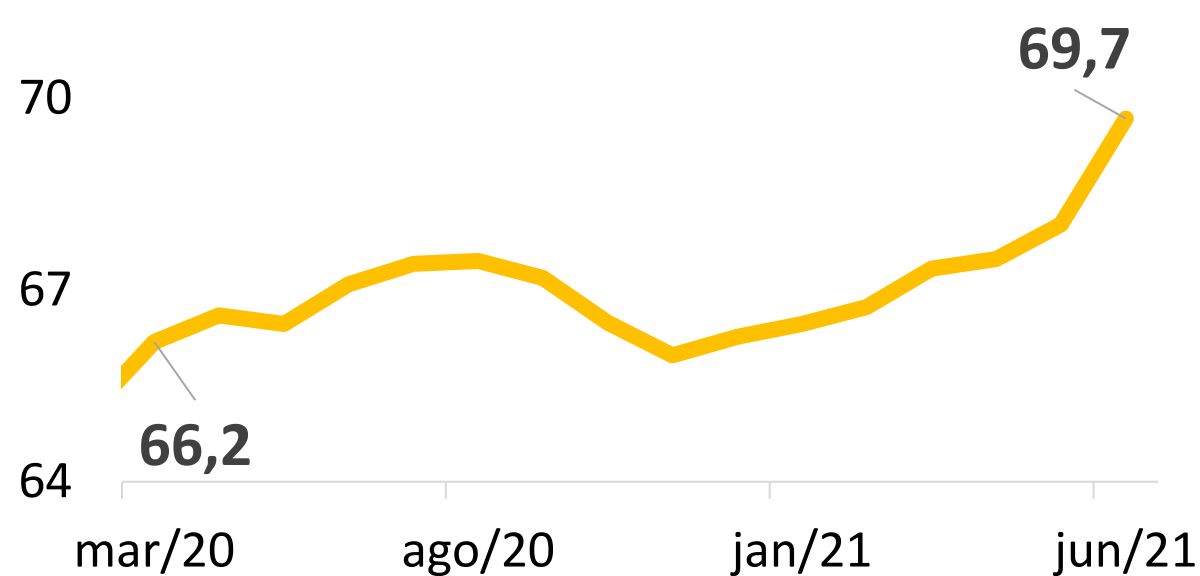
Do início do ano até o encerramento de junho de 2021, o Índice Ibovespa registrou uma valorização de 6,5%, alcançando 126.802 pontos. Já o Índice ICON, que mede o desempenho de empresas do setor de consumo, saúde e educação registrou uma variação de 3,3%, atingindo 5.497 pontos.

Entre as sete maiores empresas do comércio listadas na B3, três tiveram um desempenho positivo ao longo de junho e quatro tiveram um desempenho positivo, com destaque para as ações de Via Varejo e Lojas Americanas. Desde o início do ano, porém, três grandes empresas do setor tiveram um desempenho positivo, ante quatro que tiveram um desempenho negativo.

TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

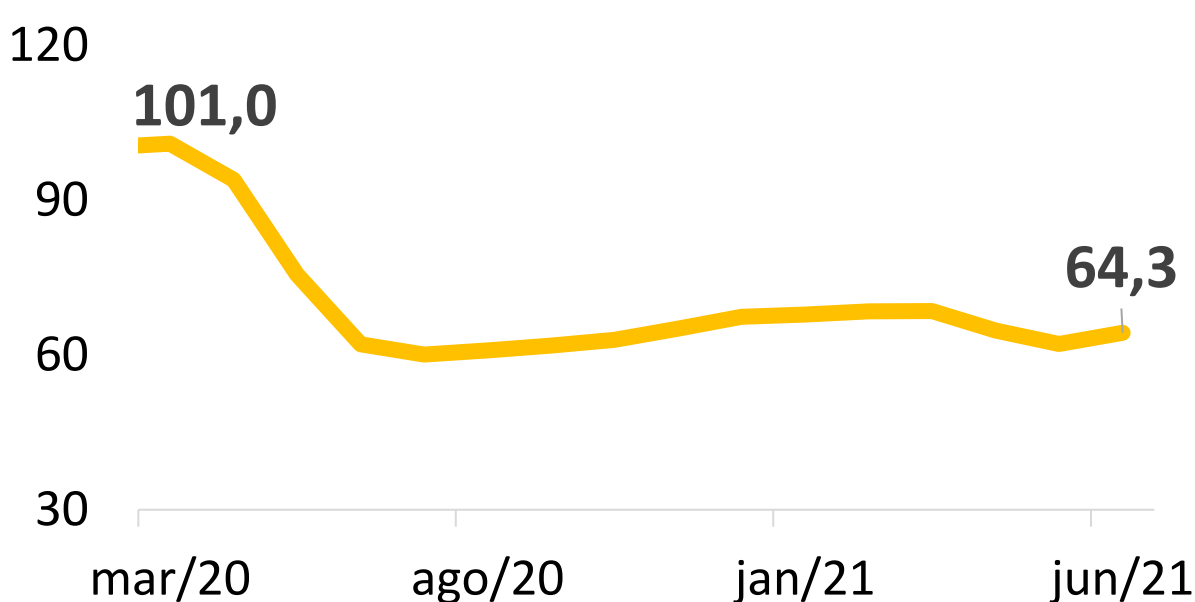
Famílias endividadas

% do total de famílias



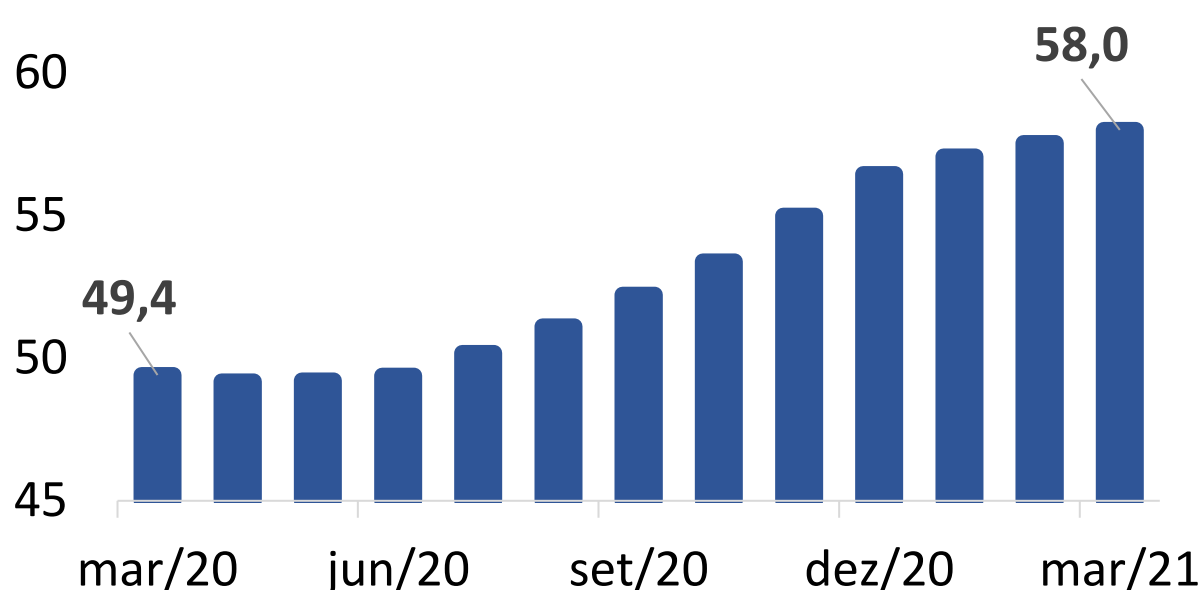
Perspectiva de Consumo

Índice de 0 a 200



Renda comprometida com dívidas

% da renda acumulada em 12 meses



PERCENTUAL DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS E COMPROMETIMENTO DA RENDA COM DÍVIDAS CRESCEM NA PANDEMIA

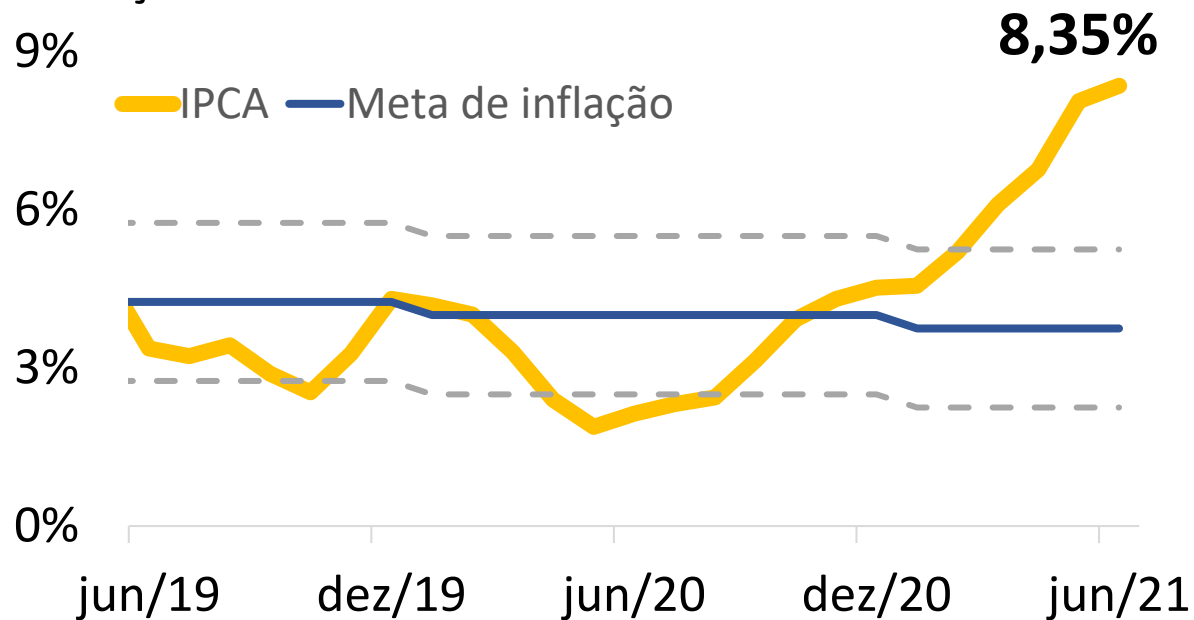
Dados da **Confederação Nacional do Comércio (CNC)** mostram que o percentual de famílias endividadas segue crescendo. Em junho de 2021, esse indicador mostrou que 7 em cada 10 famílias brasileiras (69,7%) tinham algum tipo de dívida, não necessariamente em atraso. Já os dados de Perspectiva de Consumo, que medem a intenção de compra pelos próximos 3 meses, cresceu na comparação com o mês anterior, alcançado 64,3 pontos. Ainda assim, esse número segue muito abaixo do patamar pré pandemia.

Considerando os compromissos das famílias com o Setor Financeiro Nacional, os dados do **Banco Central do Brasil (BCB)** mostram que, em março de 2021, 58,0% da renda acumulada nos últimos 12 meses estava comprometida com dívidas, o que mostra um avanço de 8,6 pontos percentuais desde o início da pandemia.

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA

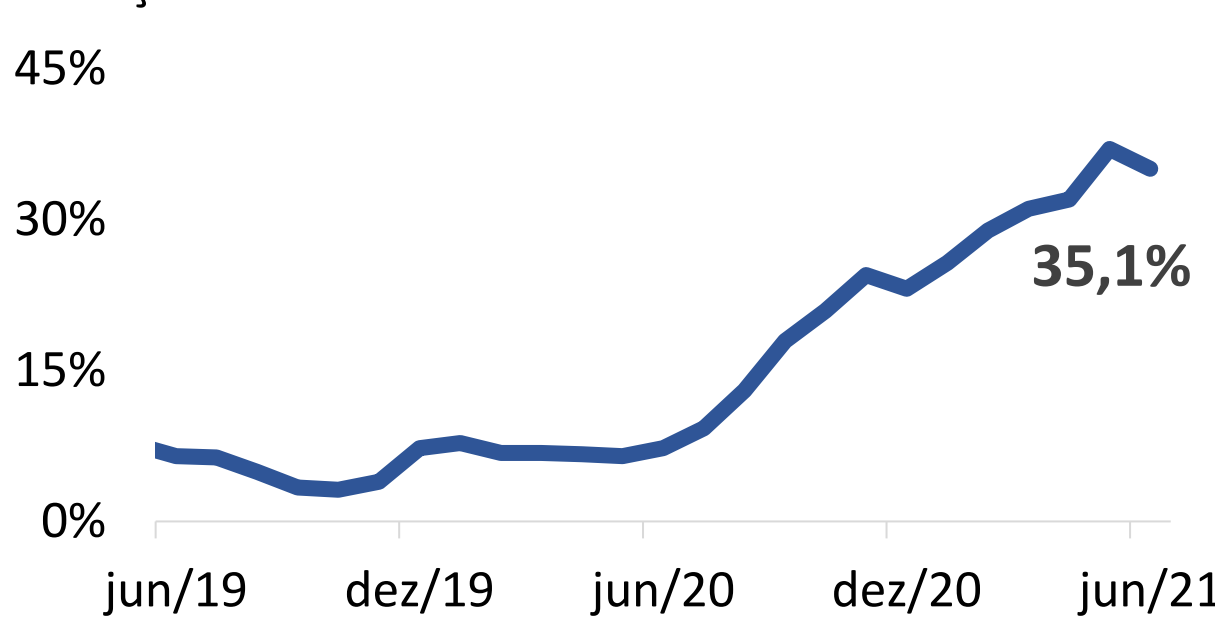
IPCA

Variação acumulada em 12 meses



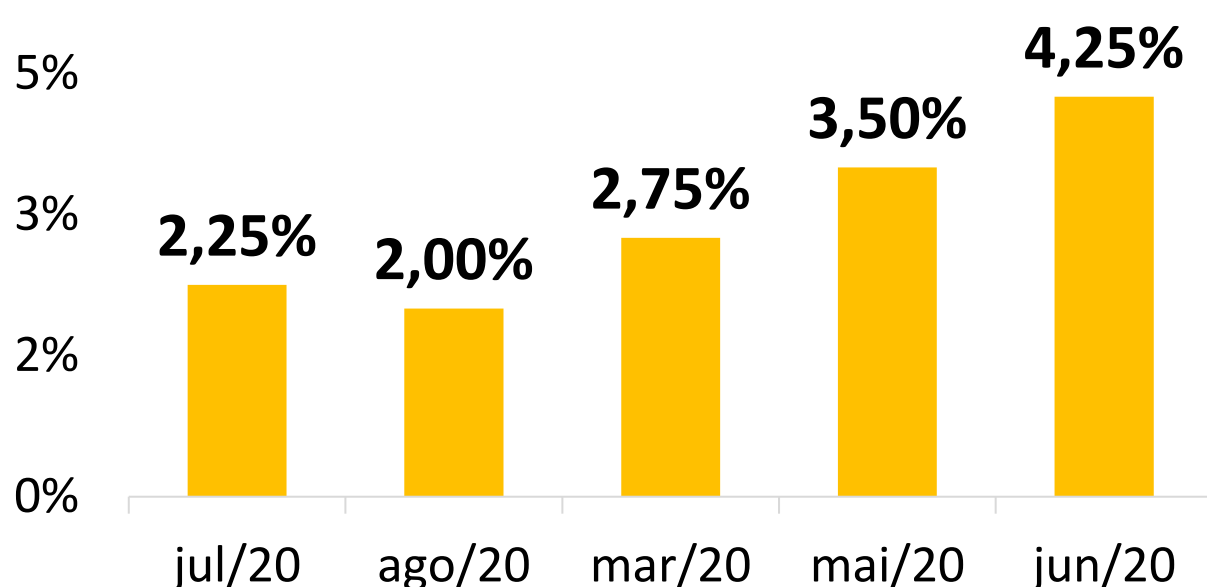
IGP-M

Variação acumulada em 12 meses



Taxa Selic

Em % ao ano



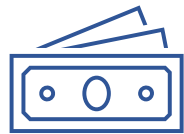
IPCA SEGUE ACIMA DO TETO DA META; BANCO CENTRAL ELEVA TAXA SELIC A 4,25% AO ANO

Os dados de inflação mostram uma aceleração dos preços nos últimos meses. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo **IBGE**, acumula alta de 8,35% nos 12 meses encerrados em junho, permanecendo bem acima do centro e do teto da meta estabelecido para a inflação. Na comparação entre junho de 2021 e o mês imediatamente anterior, o avanço foi de 0,53%.

Medida pelo IGP-M, a inflação acumula alta de mais de 35,1% nos 12 meses encerrados em junho de 2021. Esse índice leva em conta preços no varejo e no atacado e é apurado pela **Fundação Getulio Vargas (FGV)**.

O cenário de inflação acima do teto da meta e de expectativas de inflação em alta levou o Comitê de Política Monetária (COPOM) a aumentar a taxa básica de juros (SELIC) para 4,25% ao ano. Foi a terceira alta consecutiva.

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



FRAUDES FINANCEIRAS NO BRASIL

A pandemia da COVID-19 representou uma verdadeira transformação nos hábitos de consumo da população. Com as medidas de restrição de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e também de circulação das pessoas nas ruas, a população se viu obrigada a buscar os meios digitais para realizar boa parte de suas compras.

Com o crescimento das compras online, houve também um importante aumento nas fraudes ocorridas pela internet no Brasil. 59% dos internautas sofreram algum tipo de fraude financeira no Brasil nos últimos 12 meses, o que representa aproximadamente 16,7 milhões de brasileiros lesados. Um crescimento de 28% em relação à pesquisa realizada em 2019.

[Confira a pesquisa](#)

Principais fraudes:



41%

Não receber por um produto ou serviço que comprou



41%

Aquisição de produtos ou serviços que veio diferente das informações especificadas pelo vendedor



24%

Clonagem de cartão de crédito ou débito

Marketplace é principal canal de venda fraudulenta (40%).

28% das fraudes ocorreram em sites de lojas específicas e 23% em perfis de empresa em rede social.

39% dos que compraram algum item e não receberam fizeram o pagamento por cartão de crédito. 28% apontaram que a empresa era de fachada em site ou perfil de rede social falso, criada apenas com o intuito de aplicar o golpe.

Principais produtos não recebidos:

30%

Eletrônicos

25%

Roupas, sapatos e acessórios

14%

Cosméticos e perfumaria

Fatos que mais antecederam as fraudes ocorridas



28%

Aviso de mensagens para atualização ou confirmação de conta de e-mails ou redes sociais



16%

Instalação de softwares desconhecidos no computador/celular



13%

Perda de documentos pessoais

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



TERCEIRA IDADE – VIDA FINANCEIRA

A longevidade impõe desafios para a população brasileira, principalmente no que diz respeito à renda e ao sustento familiar. A falta de planejamento financeiro e de preparo para a vida após a aposentadoria impacta diretamente na manutenção do padrão de vida e das contas das famílias. 54% dos idosos relatam que deixaram de pagar ou pagaram com atraso alguma despesa nos últimos seis meses, um avanço de 17 pontos percentuais com relação à pesquisa de 2018.

[Confira a pesquisa](#)

Principais motivos que impossibilitaram o pagamento ou geraram o atraso das contas

31%

Diminuição da renda

14%

Falta de planejamento dos gastos

10%

Redução da renda de algum familiar

Principais contas em atraso



24%

Luz



20%

Cartão de crédito



17%

Água



15%

IPTU

49% dos idosos não possuem recursos guardados, **33%** satisfazem mal ou muito mal as suas necessidades com a renda própria ou familiar.

Poupança é o principal investimento para a aposentadoria (12%).

28% já fizeram empréstimo pessoal ou consignado para familiares ou amigos.

72% possuem cartão de crédito.

52% já têm a chave PIX cadastrada.

MEDIDAS GOVERNAMENTAIS

Medidas para enfrentamento do impacto econômico causado pela pandemia da covid-19 adotadas no período.

Pronampe

O governo publicou a Portaria SEPEC//ME nº 8.025 de 05 julho de 2021, que estabelece os prazos e a taxa de juros para contratação de operações de crédito no âmbito do Pronampe. Os recursos estão disponíveis para acesso junto as instituições financeiras.

Auxílio Emergencial

Em 05 de julho o governo estendeu por mais três meses o auxílio emergencial decorrente da pandemia da covid-19.

Medidas Trabalhistas

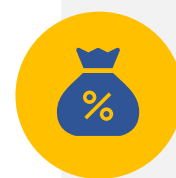
Estão vigentes as flexibilizações trabalhistas no período da pandemia referente ao Teletrabalho; Antecipação de férias individuais; Concessão de férias coletivas; Aproveitamento e a antecipação de feriados; Banco de horas; Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; e Diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Através da MPV 1046/2021. E a possibilidade de suspensão de contrato, redução de salário e jornada de trabalho, através da MP 1045/2021.

Medidas pendentes

Aguardadas pelo setor de comércio e serviços.



Vacinação e imunização ampla da população.



Nova isenção do IOF nas novas operações financeiras, até o final da pandemia;



Acesso às novas linhas de crédito para acesso aos empresários que precisam se reerguer como o Peac Maquininhas.



Parcelamento dos débitos junto ao Simples Nacional, do período da pandemia.



Prorrogação do prazo de carência por mais 3 meses do PESE (médias empresas).

CONGRESSO NACIONAL

Principais pautas prioritárias de interesse do setor de comércio, serviços e empreendedorismo deliberadas no período.

Reforma Tributária



Em continuidade da informação na edição de junho, que será fatiada a Reforma Tributária, a Câmara analisa as propostas fatiadas sobre o consumo e renda; o Senado ficará com a análise da Constitucionalidade via PEC 110/19 e o PL 4728/2020 do Refis.

O governo enviou projetos complementares da Reforma Tributária em 26 de junho, (IR, IPI e Lucros e Dividendos). O dep. Celso Sabino (PSDB/PA) relatará os impostos sobre a renda (PL 2337/2021); e o dep. Luiz Carlos Motta (PL/SP) as mudanças no PIS/Cofins (PL 3887/2020 - CBS).

No Senado tem sido pautado o PL 4728/2020 e do PLP 46/2021, ambos relativos ao novo REFIS, para refinanciamento das dívidas de empresas e pessoas físicas, PLs que fazem parte do pacote da Reforma Tributária.

Reforma Administrativa



Em continuidade da informação na edição de junho, após a aprovação do parecer na CCJ, foi instalada em 09 de junho a comissão especial para analisar o tema, presidida pelo deputado Fernando Monteiro (PP-PE) e relatada pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA).

Em audiência no dia 07 de julho na comissão especial da Câmara sobre o tema, ao lado do ministro Paulo Guedes, o relator Arthur Oliveira Maia adiantou que seu parecer sobre a reforma administrativa deve focar mais na melhoria do serviço público do que em “eventuais economias fiscais”. Também pretende privilegiar mais “a gestão de desempenho do que a avaliação de desempenho”. Segundo Maia, isso vai permitir “visão estratégica da organização administrativa e do desenvolvimento do servidor”.

O coordenador da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), disse que vai buscar um texto mais abrangente,

com a inclusão de outros pontos. O primeiro deles é a inclusão de todos os poderes na PEC. Não deve mexer nos vínculos dos atuais servidores, mas discorda em manter férias de 45 dias, licença-prêmio e progressão automática de carreira.

Prevenção ao Superendividamento



Sancionado na Lei 14.181 de 02 de julho 21, atualiza o Código de Defesa do Consumidor para incluir regras de prevenção ao superendividamento dos consumidores e prever audiências de negociação judicial e extrajudicial entre credor e devedor. Altera também o Estatuto do Idoso para conter abusos na oferta de crédito a idosos e vulneráveis.

Afastamento da gestante trabalhadora



Apresentado o PL 2058/2021 de autoria do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO) para alterar a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.

Situação: aguarda deliberação pelo Plenário da Câmara, tanto para aprovação do requerimento de urgência quanto para aprovação do mérito.

Prorrogação dos benefícios e incentivos fiscais do ICMS ao Comércio até 2032



Através do PLP 5/2021, que prorroga por 15 anos isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS. O projeto é de autoria do deputado Efraim Filho (DEM/PB) e relatado na CFT pelo deputado Da Vitória (Cidadania/ES).

Situação: Aprovado Comissão de Finanças e Tributação (CFT) em 07 de julho o PLP 5/21, dá segurança aos estados para que possam manter a geração de emprego, renda e receita. Além disso, a proposta iguala a prorrogação de incentivos do comércio com a indústria, vigorando até a aprovação da reforma tributária. O PLP 5/21 seguiu para deliberação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

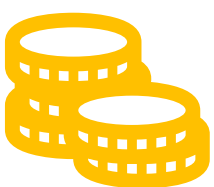
MP que melhora o ambiente de negócios



A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 1040/21, que faz várias mudanças na legislação a fim de eliminar exigências e simplificar a abertura e o funcionamento de empresas, buscando melhorar o chamado “ambiente de negócios”.

Uma das inovações é a emissão automática, sem avaliação humana, de licenças e alvarás de funcionamento para atividades consideradas de risco médio. Enquanto estados, Distrito Federal e municípios não enviarem suas classificações para uma rede integrada valerá a classificação federal. Situação: A matéria foi enviada ao Senado para deliberação.

MPV institui Programa de Estímulo ao Crédito e dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias



A MPV 1057/2021 publicada em 07 de julho, institui o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) e é destinado à realização de operações de crédito, por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central (exceto cooperativas de crédito e administradoras de consórcio) com as seguintes pessoas físicas e jurídicas com receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00: microempreendedores individuais, microempresas e empresa de pequeno porte e produtores rurais. As operações de crédito podem ser realizadas até 31 de dezembro de 2021 e não contarão com qualquer garantia da União ou de entidade pública. O risco de crédito será integralmente das instituições.

Até 31 de dezembro de 2026, as instituições autorizadas a funcionar pelo BC que aderirem ao PEC poderão apurar crédito presumido em montante total limitado ao menor valor dentre o saldo contábil bruto das operações de crédito concedidas no Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas e o saldo contábil dos créditos decorrentes de diferenças temporárias.

Recesso Legislativo



Está previsto entre 17 até 31 de julho. Só acontecerá com a instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e votação da LDO. Mas a CPI da Pandemia não quer ter seus trabalhos paralisados.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

